Minuta da A T A
Plenária extraordinária

COMITÊ DA BACIA HIDROGRAFICA ALTO TIETÊ
CBH - AT

Aos doze de abril de 2007, às 14h, reuniram-se no auditório do Edifício CIDADE I, situado à rua Boa Vista, 170 – Mezanino, Centro - SP, os representantes e convidados do CBH – AT, para tratar da pauta, conforme estabelecido em comunicado da Secretaria Executiva.

A plenária encaminhou e deliberou :

O Senhor Márcio Corrêa, Secretário Executivo do Comitê disse que oportunamente a Ata do dia 19 de março seria encaminhada a todos os membros. Pelos informes da Secretaria Executiva comentou acerca da reunião em São Pedro com o Secretário Chico Graziano e os Secretários executivos dos Comitês e da edição do decreto de regulamentação da Lei Específica (LE) do Guarapiranga em 22/03.

O Secretário Eduardo Jorge da Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente enviou o ofício à presidência do Comitê: "Solicita reunião para discussão, encaminhamento, definição e deliberação do programa final dos trabalhos para início da cobrança pelo uso da água da UGRHI 06, a ser proposto pelo GT Cobrança conforme artigo terceiro da deliberação CBH-AT número 08/2006 de 5/10/2006."

Também foi comunicado que o Senhor Edmundo Fontes Correa Garcia foi indicado para representar a Prefeitura do município de São Paulo na reunião extraordinária do Comitê da bacia hidrográfica do Alto Tietê no dia 12 de abril às 14h.

O Senhor Secretário disse “...em relação a discussão da cobrança acho que devemos de imediato assim que terminar a reunião de hoje convocar uma reunião da Câmara Técnica de Planejamento e Gestão-CTPG, porque vou ler o inteiro teor do artigo terceiro que estabeleceu o mês de março/2007 "fica estabelecido para encaminhamento ao plenário do CBH-AT pela CTPG do cronograma final de trabalhos para início da cobrança na UGRHI 06 a ser proposto pelo GT Cobrança." Como foi proposto nessa deliberação, como todos sabem, houve a alteração no agente financeiro do fundo do Fehidro do Banespa para a Nossa Caixa, e nesse primeiro mês ficamos no limbo porque tínhamos contrato que não sabíamos com quem assinar e por re-arranjo institucional a Coordenadoria de recursos hídricos da antiga Secretaria de saneamento recursos hídricos e obras-SRHSO passou por decreto para a Secretária do Meio Ambiente-SMA e junto com a coordenadoria também o fez que precisava se reunir agora sob a égide do Secretário Chico Graziano, atual Presidente do Cofehidro, para determinar os passos para os contratos novos em relação ao Banespa, porque o contrato do Agente financeiro Nossa Caixa, nosso banco, foi assinado com a SRHSO. Essa mudança, naquele cronograma que propomos para a contratação que foi indicado pela Fundação que em três meses proporia esse estudo ao GT Cobrança de modo que pudessemos oferecer esse calendário, hoje está defasado em cerca de 30 dias. Isso deveria ou deverá ser objeto de próxima reunião, creio que o professor Miron coordenador do GT cobrança, à semelhança do que fazemos na CTPG com a revisão do plano, deveremos chamar a equipe que está conduzindo esses trabalhos para de comum

acordo, primeiro saber o estado da arte deste estudo para que possamos cumprir o estabelecido em toda a deliberação 08. Por este mês chamar uma reunião da CT para discutir esse e outros assuntos, não só relacionados a cobrança mas também em relação a outras etapas que ficaram de ser cumprida. (...)Embora nosso plano já esteja defasado, serve de base para ganharmos tempo com relação a implantação da cobrança. A revisão do plano que está em andamento cujo Coordenador do GT Plano também é o professor Miron Presidente da agência, também estamos acompanhado os trabalhos já feitos no recorte do Subcomitês pelo aspecto específico das leis de proteção dos mananciais. São dois trabalhos diferentes que vão convergir lá na frente quando do estabelecimento final das condições da cobrança pelo uso da água. Acredito que na próxima reunião tanto do GT Cobrança como da CTPG, já definiremos essa solicitação do conselheiro Eduardo Jorge para marcarmos o mais rápido possível essa reunião extraordinária para deliberar esse assunto de continuidade em cumprimento da deliberação 08. (...) Fica registrado em Ata a solicitação da reunião para tratar desse assunto." Os Senhores Edmundo, representante do segmento Municípios-PMSP e o Senhor Miron Presidente da Fundação Agência da Bacia do Alto Tietê concordaram. E o Senhor Secretário complementou "Queremos que a cobrança seja acelerada, temos condições de fazer, (...) tinha uma determinação do Cofehidro do ano passado em que os Comitês de bacia deveriam até o final de novembro de cada ano enviar pelo menos o percentual, os investimentos possíveis de serem feitos para o ano seguinte. Nós reservamos muito mais do que o dobro dos recursos para a segunda fase porque sabíamos que na segunda fase tem uma campanha de mídia. E foi feito em trabalho conjunto pelo André da Agência de bacia no âmbito da Câmara Técnica onde dentro dos recursos Fehidro 2007 já está previamente separado. (...) A posição do Governo do estado de São Paulo

nesse momento é o que nós podemos desenvolver com as nossas próprias pernas, com nosso próprio recurso, a cobrança do uso da água, é assim que vamos nos posicionar para o desenvolvimento desse estudo que está encaminhado em termos de proposta não só no GT Cobrança como do Plano de Bacia, como do GT Cobrança na proposta que foi feita no TR de colher essas experiências dos Comitês nos quais inclusive o DAEE felizmente ocupa as duas Secretarias Executivas, com Luiz Roberto Moretti no PCJ e o Edilson de Paula Andrade geólogo da Bacia do Paraíba do Sul e é o representante no CEIVAT. Para reafirmar que no estado as duas Secretarias estão unidas, a Secretaria de Saneamento e Energia-SSE e a SMA unidas nesta proposta e esse assunto vamos encaminhar para a CT até porque é uma proposta de deliberação que temos de discutir seus termos em função desse trabalho que podemos divulgar previamente da mesma maneira como fizemos em relação a lei de proteção de mananciais para que nosso colegiado não seja homologatório ou regimental de apresentar propostas."

O Senhor Nelson Pedroso representante segmento sociedade civil organizada, entidade AGDS, falou sobre os prejuízos de não terem discutido o Termo de Referência (TR) "...ele não foi colocado para discussão do plenário da CT e nem do GT que discutia as questões de Fehidro. Foi classificado um valor para que fosse utilizado, como se fosse uma verba orçamentária que seria definido para uma eventual destituição para que posteriormente desenvolvesse o TR. Fizermos pressão aqui nesse plenário e chegamos ao consenso do cronograma para a implementação da cobrança. Agora temos o seguinte prejuízo, durante a discussão, ou melhor pela própria discussão do TR, hoje não temos alguns produtos extremamente necessários para a implementação da cobrança. No TR atual não temos sequer a proposta de execução das simulações para efetivar a cobrança na fase

da implementação. Segundo, poderíamos ter naquele TR já a capacitação dos técnicos da agência para a implementação já da cobrança. Por falta desses dois produtos transferimos para uma fase dois, ora a fase dois ainda vai para a implementação de novos recursos do Fehidro que vai ser utilizado em 2008 e vamos estar postergando novamente a implementação da cobrança."

O Senhor Secretário disse "Você tem razão em grande parte do que falou em relação ao TR, mas como a disputa em nosso Comitê é bastante competitiva pela regularidade dos cinco Subcomitês na nossa região não teríamos naquele momento outra alternativa a não ser fazer reserva de recursos, não teríamos, porque se tivéssemos o TR teríamos contratado esse estudo lá atrás, pelo menos junto com os outros, na discussão antes do GT cobrança... a discussão dos recursos foi anterior a do CRH em setembro que deu as brechas para poder implementar com planos eficientes porque até então estávamos trabalhando na CT com a priorização da discussão do plano, porque precisa de plano para implementar a cobrança. Nós fizemos a aceleração, pelo movimento que foi feito aqui porque a resolução 63/2006 CRH permitiu que os Comitês com plano já aprovado poderiam utilizá-lo para poder fazer os primeiros estudos da simulação e foi isso que fizemos. (...)Quanto à aplicação não acredito que vá para 2008, porque se nós na próxima reunião plenária do comitê aprovando os critérios e um calendário de projetos essa priorização pode ser muito bem feita, isso pode ser contratado em julho e nada impede que façamos os seminários como o cronograma proposto pela própria Agência de bacia de oficinas que venham a enriquecer além desses produtos formatados para os Comitês ."

Houve debates acerca do trabalho desenvolvido pela Consultoria e o Senhor Secretário disse que a mesma seria

cobrada, “Se está no TR de contrato enquanto eu estiver aqui, como sempre digo, eles vão fazer.”

Foi aprovado ad referendum o item 4.1-Discussão e votação da deliberação CBH-AT 02/07 que aprova o calendário, fixa normas e constitui comissão de acompanhamento do processo eleitoral para as eleições do CBH-AT mandado 2007-2009 e dá outras providências.

O Senhor Arraes, representante segmento sociedade civil, chamou atenção para que no cadastramento das entidades da sociedade civil organizada não constassem pessoas físicas, pois a lei não permitia. Disse também que o mandato da atual Diretoria já estava expirado e que deveriam cuidar das eleições no mês de dezembro de 2006. E sobre os informes “É preciso que o Coordenador das Câmaras Técnicas nas reuniões plenárias dêem o informe do que está acontecendo nas câmaras técnicas, se não a gente não fica sabendo.”

A Senhora Lina Maria Ache representante segmento Governo do Estado de São Paulo-SMA disse que houve a “explicitação de cada um dos termos, porque o pessoal se sentia um pouco inseguro com o que é um usuário, ONG, e a idéia do anexo seria primeiro explicitar o que se caracteriza como usuário e na seqüência no inciso 1º diz que o usuário só pode participar como entidade representativa. Isso vem no sentido de esclarecer, no entanto como a gente verifica que está dando confusão, como ele participa está no inciso 1º, participa através de uma entidade representativa, portanto não pode ser como pessoa física. (...)para esclarecer um pouquinho o conceito de quem pode participar, mas se dá tanta confusão temos de fazer de maneira mais criteriosa.

O Senhor Bonfílio segmento sociedade civil, entidade IPEH disse “Na verdade esse regimento tenta propor algo que o estatuto ainda não pode recepcionar que é a diferenciação de organização de usuários de água e organizações da sociedade civil. O sistema adotado pelo nosso estatuto é de organizações da sociedade civil, os usuários sejam eles pessoas físicas, quem é, quem tem um poço artesiano e tem uso como pessoa física, outorgado pelo DAEE, mas ele tem que participar de uma associação para poder participar do Comitê. Todos são pelo estatuto do Comitê encarados como organizações da sociedade civil. Essa diferenciação que se pretende no regimento não é cabível, não vamos poder ter uma assembléia de usuários e uma de organizações, é uma única assembléia.” E sugeriu também “7º, no artigo terceiro, a sugestão é a supressão desse termo final "Durante o processo de inscrição", devidamente credenciados está resolvido. Se eventualmente no dia da plenária for necessário credenciar uma outra pessoa o regimento não pode impedir. É uma liberdade do representante da entidade. Iria só até o artigo terceiro parágrafo 1º até a palavra credenciado.”

O Senhor Roberto Terassi, representante segmento sociedade civil entidade Acise, chamou atenção para a necessidade do Comitê se reunir mais vezes além do que as quatro ao ano, mesmo considerando-se as reuniões extraordinárias. E o Secretário disse “...Para deliberar e tratar de assuntos não conseguimos por conta dos prazos fazer com que essa velocidade seja maior. Estamos tentando fazer isso. Extraordinariamente já nos reunimos nesse ano.”

O Senhor Terassi disse acerca do “artigo 19, não me recordo como membro titular, da participação, e quero fazer essa pergunta "Será convidado a participar das reuniões um representante do Ministério Público" alguma vez foi emitido convite para isso ?” A plenária entrou em debates acerca da melhor maneira da participação do Ministério Público.

O Senhor Presidente disse acerca da necessidade de se estabelecer punições aos membros que não comparecem à reunião e não dão conhecimento a seus suplentes

O Senhor Gilmar Altamirano representante pela PMSP disse que tem percebido que a atuação do MP tem mais colaborado do que atrapalhado o sistema de recursos hídricos.

O Senhor Nélson lembrou "...a sociedade civil, seu segmento, já discutiu com profundidade uma ampla reforma em nosso estatuto. Inclusive garanto que aqui tem mais de sete membros da sociedade civil. Só que o suplente não pode assumir a titularidade porque ele é do mesmo segmento que estão todos membros titulares aqui, mas ele poderia ser titular de um outro segmento para poder dar quórum. Então temos alguns erros, falhas no processo que temos que corrigir. Muito mais pessoas poderiam participar como titular aqui no plenário, então temos de fazer uma reforma estatutária na próxima gestão porque nessa não dá mais tempo e já temos um grande produto, uma grande contribuição do nosso segmento e também dos municípios que participaram diversas vezes nas etapas desse Fórum. Temos mais dois grandes encontros para fazer no Alto Tietê sobre esses três produtos e vamos estar convocando." Referindo-se sobre o Fórum Sociedade Civil Alto Tietê.

A Senhora Rosa Maria Mancini, Coordenadora de recursos hídricos da secretaria estadual de meio ambiente-SMA disse "Agora temos uma pequena mudança no sistema de recursos hídricos que é apenas e tão somente sair da Secretaria de recursos hídricos e ela foi incorporada na Secretaria de meio ambiente e nessa condição à convite do secretário Chico Graziano assumimos a coordenação. (...) agora a Secretaria executiva do Fehidro se expande e hoje também temos a coordenação do CORHI, com um acompanhamento mais

atento dos colegiados e isso acreditamos que tem de ser levado a sério porque não dá para pensar no sistema de recursos hídricos apenas como coisa de decisão, ou apenas como instância técnica, ou apenas como um cifrão que é o recurso do Fehidro que é mais conhecido no sistema como um todo. Se as instâncias não estiverem muito bem articuladas e muito bem harmonizadas, vamos dizer, em termos de tamanho e de time, a gente não consegue realizar o trabalho como se deve. (...) Temos também a questão da cobrança que vi que aqui é um assunto muito forte, em todos os Comitês, mas no Alto Tietê como deve ser um dos próximos a estar recebendo a cobrança realmente é um assunto muito importante. Esse é um assunto que estamos cuidando na coordenadoria e vamos continuar dando suporte, vai ser tema prioritário da reunião do CORHI que vai acontecer dia 17/04 e o que eu poderia chamar a atenção aqui é que hoje o Alto Tietê tem que estar muito mais centrado na questão das Leis Específicas, que é condição para se implantar a cobrança do que estar só discutindo a questão do cadastro. O próprio Daee a Cetesb vão estar trabalhando nisso, dando apoio para terem o cadastro organizado não só para o Alto Tietê, como nos cinco Subcomitês pensando na integralidade do Alto Tietê."

O Senhor Arraes solicitou informações sobre o PDPA do Subcomitê Cabeceiras.

O Senhor Rafael, Prefeito do município de Salesópolis e Presidente do Subcomitê Cabeceiras disse "estivemos nesses últimos dias conversando com o Fehidro, o Márcio da Secretaria executiva, para discutirmos a troca de tomador e marcamos a reunião do Subcomitê para o dia 25 e na pauta da reunião está a discussão para aprovação do tomador do PDPA, com certeza discutiremos e aprovaremos."

A Senhora Lina disse “Temos um GT que está elaborando o trabalho da LE na Billings e acho que o comitê já recebeu uma minuta prévia, que está em discussão e consolidação, e fizeram uma força-tarefa para tentar a curto prazo encaminhar a minuta. Pediram que passasse o cronograma detalhado no Alto Tietê, para se alguém quiser acompanhar. As reuniões estão sendo realizadas no Consórcio grande ABC, dia 13 na parte da manhã e à tarde serão discutidos os parâmetros urbanísticos, segunda-feira também o trabalho com o dia todo discutindo os compartimentos ambientais e a inserção do Rodoanel na discussão, dia 17 na parte da manhã qualidade das águas e infra-estrutura, dia 18 suporte financeiro e questões ainda pendentes não especificadas, dia 20 os municípios e os parâmetros urbanísticos em nova discussão, dia 21 sábado pretende-se fazer a análise final da lei como um todo, o dia todo, permitindo talvez até uma ampla participação. A meta é que dia 23 esteja pronto para ser encaminhado ao Comitê do Alto Tietê e à SMA como coordenadora dessa Câmara Técnica para encaminharmos considerando que recursos hídricos hoje está no âmbito da secretaria.”

Houve também informes sobre o lançamento em 04/06/07 às 10h no Centro de eventos de Cajamar, do projeto Fehidro de monitoramento automático das águas superficiais do Juquery-Cantareira de abrangência subregional. E a distribuição aos membros do Comitê do Alto Tietê da publicação com os resultados do Seminário Guarapiranga 2006.

Sem mais o Senhor Márcio Corrêa, Secretário Executivo do Comitê deu por encerrada a reunião.

A presente Ata foi elaborada em conformidade com as laudas taquigráficas da reunião, sendo que a Ata completa contém a íntegra desta reunião extraordinária